

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Natureza jurídica: Administração direta

Exercício de 2015

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	
LISTA DE TABELAS.....	
LISTA DE QUADROS.....	
LISTA DE GRÁFICOS.....	
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	
1.1 Identificação.....	
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	
1.3 Informações gerais.....	
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	
3 ÁREA OPERACIONAL.....	
3.1 Avaliação de resultados.....	
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	
4.2 Área patrimonial.....	
5 ÁREA DE PESSOAL.....	
6 CONTROLE INTERNO.....	
7 CONTROLE EXTERNO.....	

pos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPM/BA - Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

CDDM – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

APG – Assessoria de Planejamento e Gestão

DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAT – Coordenação de Ação Temática

CPG – Coordenação de Planejamento e Gestão

ASCOM – Assessoria de Comunicação

AJUR – Assessoria Jurídica

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'u05' or similar, located below the list of abbreviations.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....
TABELA 2	Execução da despesa por unidade orçamentária.....
TABELA 3	Execução da despesa por função.....
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....
TABELA 7	Execução da despesa por unidade gestora.....
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....
TABELA 11	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....
TABELA 12	Convênios de captação
TABELA 13	Convênios de repasse.....
TABELA 14	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....
TABELA 15	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário
TABELA 16	Pessoal por natureza da vinculação.....
TABELA 17	Cargos comissionados.....
TABELA 18	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Finalidade e principais competências das unidades da UJ.....
QUADRO 2	Ações desenvolvidas por unidades informais.....
QUADRO 3	Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ.....
QUADRO 4	Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ.....
QUADRO 5	Evolução anual dos indicadores dos programas.....
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa.....
QUADRO 7	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa.....
QUADRO 8	Tomadas de contas de convênios de repasse.....
QUADRO 9	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....
QUADRO 10	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....
QUADRO 12	Movimentação de pessoal no exercício.....
QUADRO 13	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....
QUADRO 14	Acompanhamento das determinações/recomendações emitidas pelo TCE/BA.....
QUADRO 15	Outras auditorias realizadas.....



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3

GRÁFICO ...

108

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/sigla: Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM

Poder: 3 – Executivo

CNPJ: 13.763.132/0001-17

Vinculação:

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Maria Olivia Santana

Período de gestão: A partir de 01.01.2015

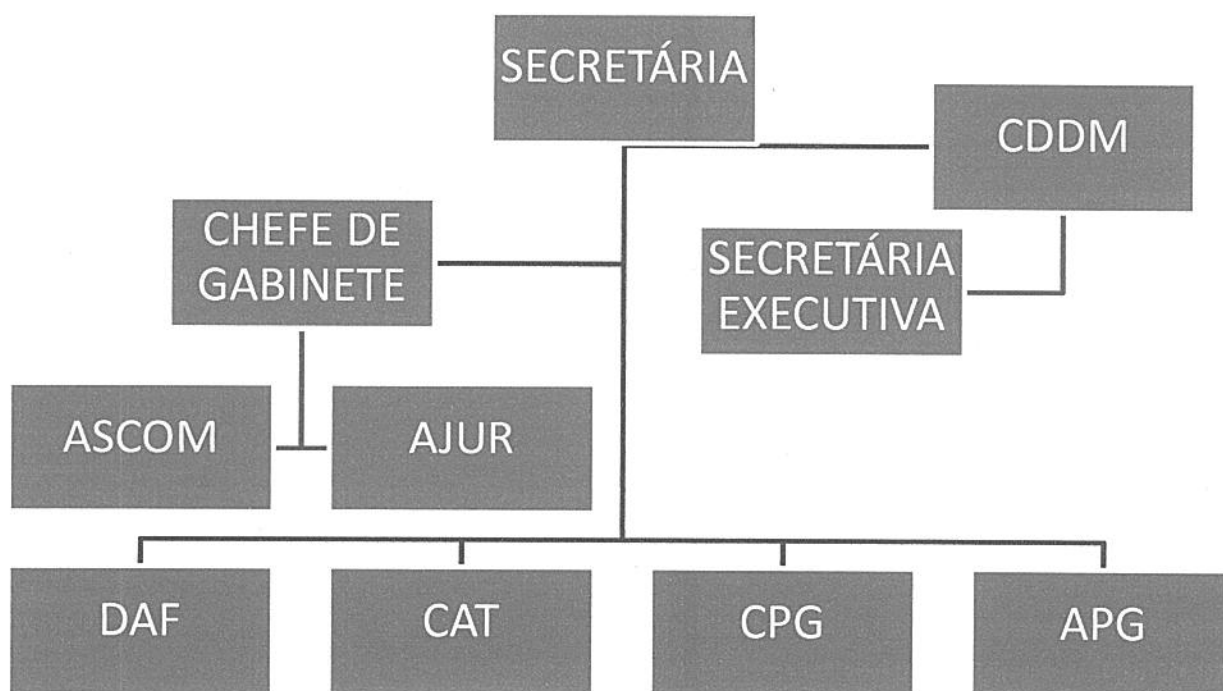
1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo e legislação

A Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, criada pela Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011 e modificada pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

Seu Regimento foi aprovado pelo Decreto 14.030 de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 15 de junho de 2012, revogado pelo Decreto 16.295 de 26 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 27 de agosto de 2015.

1.3.2 Organograma



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 1 – Finalidade e principais competências das unidades da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
-----------------	------------	-------------------------

HOJ

1 Gabinete da Secretária	Prestar assistência à Titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.	Acompanhar a execução de programas e projetos em desenvolvimento na Secretaria de Políticas para as Mulheres; examinar e aprovar os termos dos Contratos de Gestão a serem firmados por esta Pasta, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o seu cumprimento; promover a integração entre as diversas unidades da Secretaria, visando a melhor coordenação dos trabalhos e a eficiência da Organização; coordenar ações sistêmicas de planejamento e gestão da Secretaria; monitorar, de forma sistemática, os resultados organizacionais, das unidades e do Órgão da Secretaria; promover a publicação de atos oficiais da Secretaria; coordenar as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria; desenvolver outras atividades que lhe forem conferidas ou delegadas.
2 Assessoria de Planejamento e Gestão	Promover, no âmbito setorial, em articulação com a Secretaria da Administração - SAEB e a Secretaria do Planejamento - SEPLAN, a gestão organizacional, do planejamento estratégico, do orçamento e de tecnologias da informação e comunicação - TIC, dos sistemas formalmente instituídos, com foco nos resultados institucionais.	I- por meio da Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC: promover e coordenar as ações de modernização atinentes a implantação de modelos institucionais, métodos, técnicas e instrumentos de gestão que visem ao aprimoramento das competências gerenciais e do desempenho organizacional e à melhoria continuada dos resultados da Secretaria, em estreita articulação com as demais unidades; elaborar o planejamento de TIC, bem como gerenciar sua execução, no âmbito da Secretaria, em conformidade com as normas e diretrizes definidas para a Administração Pública do Poder Executivo Estadual; elaborar e acompanhar a implantação de normas e padrões operacionais atinentes às ações de Gestão Organizacional e de TIC; disseminar, para as unidades da Secretaria, as Políticas de TIC e de Segurança da informação definidas para a Administração pública do Poder Executivo Estadual; desenvolver estudos e contribuir na formulação das diretrizes de Gestão Organizacional e de TIC, a serem implementadas no âmbito da Secretaria; implementar soluções de gestão e processos de parceria de gestão, no âmbito da Secretaria, observada a competência da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI II - por meio da Coordenação de Planejamento e Orçamento: Elaborar em articulação com as unidades internas o Plano Estratégico da Secretaria em consonância com o Plano Estratégico do Estado; Contribuir com a ela-

		boração do Plano Plurianual e Orçamento Anual em articulação com as unidades internas, bem como coordenar a gestão orçamentária; Acompanhar as ações governamentais, consolidando as informações necessárias ao monitoramento dos resultados organizacionais no âmbito da secretaria; Contribuir para a avaliação das ações governamentais a cargo da Secretaria; prestar assessoramento às unidades da Secretaria na gestão orçamentárias das ações financiadas com recursos de transferências voluntárias oriundas de convênio e contratos de repasses, bem como operações de crédito, em articulação com a SEPLAN e SEFAZ; Contribuir para o desenvolvimento das atividades de captação pela Secretaria, de recursos oriundos de convênios e operações de créditos.
--	--	---

mas

3 Diretoria de Administração e Finanças	Executar as atividades de material, patrimônio, serviços, recursos humanos, administração financeira e de contabilidade.	I-por meio da Coordenação de Licitações: promover e acompanhar as licitações, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com a Coordenação de Licitação CCL - SAEB; II – por meio da Coordenação de Contratos e Convênios: executar as atividades de gerenciamento, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios sob sua responsabilidade, bem como manter registros atualizados de contratos e convênios, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com as unidades gestoras; III - Por meio da coordenação Administrativa: executar as atividades de administração de material, patrimônio, serviços e recursos humanos, bem como as atividades de execução orçamentaria e de serviços de suporte, infraestrutura e manutenção de TIC, no âmbito a Secretaria, em estreita articulação com a unidade central do Sistema Estadual de Administração; IV – por meio da Coordenação de Finanças: executar a atividades de administração financeira e de contabilidade, em estreita articulação com as unidades centrais do Sistema Financeiro e de Contabilidade do Estado.
4 Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas	Integrar as políticas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando ao combate à violência contra a mulher, à redução das desigualdades de gênero e à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.	Elaborar e desenvolver programas, projetos e ações para formação e capacitação do público interno e externo da Secretaria, em articulação com os órgãos competentes, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres; Consolidar uma metodologia participativa pautada no dialogo e na observância dos princípios da valorização da diversidade cultural, étnica, racial, geracional , de condição pessoal e de orientação sexual das mulheres; Promover e articular a participação da Secretaria no programa de formação e capacitação de servidoras/es desenvolvidos por diversas áreas e órgãos da administração publica estadual, que atuam em atendimento e apoio às mulheres, especialmente nas áreas de saúde e sexualidade, violência domestica e sexual, turismo, dentre outras; Promover e apoiar projetos de caráter preventivo, educativo, de desenvolvimento pessoal e social, dentre outros, visando fortalecer a cidadania das mulheres e combater as discriminações e desigualdades de gênero; Promover, apoiar e articular programas de formação de servidoras/es publicas, visando contribuir para trans-

	formar conceitos e práticas discriminatórias; Estabelecer parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, para desenvolvimento de programas ou projetos que atendam à demanda da mão-de-obra feminina, com o objetivo de promover a autonomia sócio produtiva das mulheres; Promover campanhas, oficinas e palestras visando esclarecer a população feminina de baixa renda, preferencialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, violência doméstica sexual, sobre a necessidade e a importância da regularização documental, como instrumento do exercício pleno da cidadania ativa; Participar e apoiar ações em cumprimento à legislação pertinente aos direitos das mulheres, dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais; Participar e apoiar ações nos diversos âmbitos e esferas da Administração Pública Estadual, em especial na saúde, na educação, no desenvolvimento social, na reparação, na habitação, na justiça e nos Direitos Humanos, na economia e no trabalho, visando à afirmação dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades e discriminações; Articular parcerias e cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas a desenvolver ações e projetos de apoio aos serviços de atenção às mulheres; Desenvolver e aprofundar as parcerias com o Governo Federal, Estadual e Municipal, a sociedade civil e os movimentos sociais, visando contribuir para ampliar e melhorar a qualidade e humanização dos serviços de atendimento às mulheres, fortalecer a rede de cidadania e promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres; Apoiar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Promover atividades de sensibilização e capacitação, como palestras, oficinas, cursos e participações em feiras, na comunidade, em escolas, nas instituições sindicais, de ensino e religiosas, em grupos organizados de mulheres, nas unidades de saúde, dentre outras, sobre as questões referentes à violência contra a mulher e relações de gênero; Apoiar e divulgar ações, projetos e serviços inerentes à mulher; Identificar e publicizar as diversas causas que
--	---

MS

		dificultam o rompimento da situação de violência contra as mulheres, promovendo o esclarecimento, a denúncia e a intervenção; Manter, em articulação com a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência, canais permanentes de relação com movimentos sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria; contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Apoiar e realizar eventos, cursos, campanhas, feiras, seminários, encontros e outras atividades referentes ao movimento de mulheres; Desenvolver atividades que contribuam para o rompimento dos ciclos de violência, promovendo a autoestima e autonomia das mulheres.
--	--	---

Handwritten signature

5 Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres	6 Apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.	7 Viabilizar a produção, promover a seleção e aquisição de documentos, vídeos, livros e outros, referentes a saúde e a sexualidade, a violência doméstica e sexual, ao turismo dentre outros temas relacionados a mulher, procedendo a sua organização e disponibilização as mulheres; Sistematizar e manter acervo com informações e dados estatísticos sobre emprego e renda, etnia, saúde, escolaridade, violência e outras questões no que se refere à população feminina; Manter contatos permanentes com órgãos e entidades que desenvolvem ações ou produzem trabalhos científicos com enfoque em gênero, no sentido da obtenção de publicações de interesse da Secretaria; Disseminar informações sobre os serviços e produtos da Secretaria, a partir do subsídios das diversas unidades; Divulgar dados, indicadores e aneis produzidos no âmbito da coordenação, com a utilização de meios analógicos e digitais; Fornecer subsídios ao gabinete para definição e prioridades nos programas interinstitucionais para atuação da Secretaria; Planejar, coordenar e supervisionar, em parceria com a Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas, a execução de acordos, conversões de programas intercâmbio e cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, nas questões que atingem as mulheres, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos; Fornecer subsídios para proposição a outros órgãos da Administração Pública Estadual de atividades e programas relativos à mulher; Acompanhar em articulação com as bancadas femininas, a tramitação de proposições nas instâncias do Poder Legislativos, relacionadas com os direitos das mulheres; Promover as Conferências Territoriais e Estadual de Políticas Para as Mulheres, e parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher-CDDM, com a Sociedade Civil e com o Movimento Social de Mulheres; Exercer a supervisão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos planos,
--	--	--

Handwritten signature

		programas, projetos e atividades da Secretaria; Apoiar e acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher- CDDM; Acompanhar e monitorar a execução das ações que integram o Plano Plurianual e o Plano Estadual de Políticas Para as Mulheres; Divulgar dados, indicadores e análises produzidas, interna e externamente, referentes à execução de políticas para as mulheres.
8 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM.	9 Estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado	Formular diretrizes, visando à eliminação das discriminações que atinjam a mulher e promover a sua implementação no âmbito da Administração Direta e Indireta; elaborar estudos e propor o desenvolvimento de programas, projetos e atividades destinados à defesa dos direitos da mulher; assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração e execução de políticas que repercutam sobre os interesses e direitos da mulher; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para acompanhamento e avaliação dos programas federais desenvolvidos no Estado, bem como dos acordos internacionais e legislação pertinente, subscritos pelo Governo Brasileiro e voltados especificamente para a mulher; monitorar, junto aos órgãos competentes, o direito da mulher como direito humano, conforme normativa internacional; estimular, apoiar e desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a condição da mulher baiana, com vistas a corrigir e evitar distorções e discriminações; promover ações, visando à celebração de convênios com organismos públicos e entidades privadas, para pesquisas, publicações, projetos e eventos em torno da temática da mulher, garantindo o acesso do CDDM a todos os dados e aos resultados; instituir e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados estatísticos e científicos, jurisprudência e publicações pertinentes à defesa dos direitos da mulher; promover a edição de publicações sobre a atuação do CDDM e temáticas afins; comunicar aos órgãos próprios o descumprimento referente aos direitos da mulher de que tomar conhecimento; receber, examinar, encaminhar e acompanhar, junto

moj

		aos órgãos competentes, as denúncias relativas às discriminações da mulher, para as providências cabíveis; incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher em todo o Estado e acompanhar suas atividades; promover intercâmbio com as organizações e instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, visando à implementação de políticas e programas do Conselho; estimular o desenvolvimento dos movimentos organizados de mulheres, mas sem interferir no conteúdo e orientação de suas ações; promover cursos, seminários e simpósios periódicos sobre assuntos de interesse da mulher, difundindo conhecimentos e colhendo sugestões para a atuação do Conselho; elaborar Plano de Ação das atividades do Conselho, submetendo-o à apreciação da Secretária de Políticas para as Mulheres; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e demais órgãos e instituições congêneres, para fins de colaboração recíproca no cumprimento dos objetivos comuns; pesquisar sobre as formas de discriminação de gênero e os meios de combatê-las, propondo ao poder público medidas concretas que inibam a prática de qualquer conduta discriminatória contra a mulher; fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; propor a concessão de incentivos a atividades educacionais, esportivas, culturais e científicas da mulher, sob a forma de bolsas de estudo e de pesquisa, prêmios e outras modalidades; aplicar e difundir os princípios e normas da Convenção Internacional para eliminação das discriminações contra a mulher e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, nos termos em que forem ratificadas pelo Governo Brasileiro; elaborar e aprovar seu Regimento Interno, inclusive suas alterações; exercer outras atividades correlatas.
--	--	--

Fonte: Regimento Interno



QUADRO 2 – Ações desenvolvidas por unidades informais

NÃO SE APLICA

Nome da unidade	Ações

Fonte:

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Análise da execução orçamentária e financeira

Através da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011, publicada no DOE de 05 de maio de 2011, que modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foi criada a **Secretaria de Política para Mulheres – SPM**, esta Secretaria tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

MISSÃO:

Elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças, com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia.

A **Lei nº 13.225 de 23/01/2015**, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE em 24/01/2015, “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2015” nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei Nº 13.190 de 11/07/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo: Orçamento Fiscal, Orçamento de Seguridade Social e Orçamento de Investimento.

O **Decreto Financeiro Nº 09** de 26/01/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE em 27/01/2015, que aprova a Programação da Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo, e seus órgãos, entidades e fundos, para o exercício 2015.



O Orçamento inicial para o exercício de 2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado em 26/01/2015 no valor de **R\$5.396.000,00 (cinco milhões e trezentos e noventa e seis mil reais)**, sendo que para Pessoal - R\$2.197.000,00, Custeio-R\$2.280.000,00, Finalística - R\$519.000,00 e Projetos - R\$400.000,00 e no decorrer do exercício foram elaboradas 103 (cento e três), Propostas de Créditos para ajustar e suplementar o Orçamento.

Durante o exercício de 2015 devido as Modificações Orçamentárias relacionadas anteriormente, ocorreram acréscimos e reduções finalizando o exercício com o Orçamento em **R\$15.531.621,00 (quinze milhões, quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e vinte e um reais)**

O Orçamento de 2015, que é um instrumento de planejamento das ações governamentais foi encerrado com o valor de **R\$15.531.621,00 (quinze milhões, quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e vinte e um reais)**, sendo a execução com **Recursos Estaduais 94,79 % e Recursos Federais 9,49 %**, totalizando a execução com o percentual de **54,69%**.

TABELA 1 – Execução da receita

Em R\$1,00

Fonte		Prevista	Atual	Realizada
Código	Descrição			
0.131.100881	TR VOL FEDERAL/DIR - 166/2011	0,00	510.600,00	544.388,39
0.131.100915	TR VOL FEDERAL/DIR - 00011/2012	269.000,00	269.000,00	13.561,06
0.131.101359	TR VOL FEDERAL/DIR - 00113/2014	0,00	182.362,00	187.527,43
Total		269.000,00	961.962,00	745.476,88

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 2 – Execução da despesa da UJ por unidade orçamentária

Em R\$1,00

Unidade orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações concedidas
Código	Descrição	Inicial	Atual				
3.34.101	SPM	5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15	171.469,92
Total		5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15	171.469,92

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

105

TABELA 3 – Execução da despesa por função

Em R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
10	Saúde	30.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
14	Direitos da Cidadania	5.366.000,00	15.474.286,00	8.436.694,82	8.237.720,89	7.999.927,19
28	Encargos Especiais	0,00	22.335,00	22.334,96	22.334,96	22.334,96
Total		5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

Em R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
119	Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	519.000,00	4.621.152,00	906.604,70	887.934,70	887.934,70
120	Autonomia das Mulheres	400.000,00	5.741.596,00	2.526.098,12	2.369.445,64	2.311.447,64
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	4.477.000,00	5.146.538,00	5.038.992,00	5.015.340,55	4.835.544,85
900	Operação Especial	0,00	22.335,00	22.334,96	22.334,96	22.334,96
Total		5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

108

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

Em R\$1,00

Categoria econômica/Grupo da despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	2.357.000,00	3.576.781,00	3.012.790,59	3.012.790,59	2.895.997,30
3.3	Outras Despesas Correntes	2.692.000,00	10.786.142,90	4.769.343,90	4.570.369,97	4.499.369,56
4.4	Investimento	347.000,00	1.168.697,10	711.895,29	711.895,29	661.895,29
Total		5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

Em R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
04	Contratação por Tempo Determinado	313.000,00	786.530,00	222.541,15	222.541,15	199.413,52
05	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Milita	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.500.000,00	2.302.408,00	2.302.407,62	2.302.407,62	2.237.461,40
13	Obrigações Patronais	283.000,00	474.294,00	474.293,21	474.293,21	445.573,77
14	Diárias Civil	140.000,00	230.791,00	71.928,60	71.928,60	71.928,60
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Material de Consumo	131.000,00	93.085,90	80.863,25	80.863,25	80.071,25
33	Passagens e Despesas com Locomoção	319.000,00	514.145,00	146.214,68	146.214,68	146.214,68
35	Serviços de Consultoria	30.000,00	396.260,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	137.400,00	2.799.997,00	276.866,64	219.886,64	219.886,64

105

37	Locação de Mão-de-Obra	208.000,00	671.467,00	671.466,01	656.540,51	598.210,31
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.448.600,00	4.910.799,22	2.365.964,89	2.238.896,46	2.227.018,25
41	Contribuições	30.000,00	829.901,00	829.607,02	829.607,02	829.607,02
46	Auxílio-Alimentação	90.000,00	90.000,00	87.570,51	87.570,51	87.570,51
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Auxílio-Transporte	90.000,00	90.000,00	79.843,96	79.843,96	79.843,96
52	Equipamento e Material Permanente	347.000,00	1.080.565,53	623.763,72	623.763,72	573.763,72
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	200.610,96	199.932,73	199.932,73	199.932,73
93	Indenizações e Restituições	0,00	60.766,00	60.765,79	60.765,79	60.765,79
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	160.000,00	0,39	0,00	0,00	0,00
Total		5.396.000,00	15.531.621,00	8.494.029,78	8.295.055,85	8.057.262,15

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 7 – Execução da despesa por unidade gestora

Em R\$1,00

Unidade gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações recebidas
Código	Descrição				
0001	Diretoria de Administração e Finanças da SPM - Executora	8.322.559,86	8.125.120,17	7.887.326,47	0,00
Total		8.322.559,86	8.125.120,17	7.887.326,47	0,00

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

105

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

Em R\$1,00

Unidade gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Nome	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
001	DAF/ SPM	199.932,73	-	60.765,79	260.698,52
Total					

Fonte: FIPLAN

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3 ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Inauguração dos Centros de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Ilhéus e Barreiras. Realização de todas as atividades preparatórias para a implantação: realização de reuniões com o Poder Público e a Sociedade Civil, a fim de apresentar o serviço e o objetivo do CRAM; visita técnica aos imóveis onde os CRAMs seriam implantados para analisar se estavam condizentes com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência; entrega de equipamentos e veículos para a equipação dos CRAMs de Teixeira de Freitas, Itaberaba, Barreiras, Ilhéus, Porto Seguro. O valor total investido para garantir a inauguração de novos CRAMs em 2015 foi de R\$ 991.267,32.

Visitas técnicas de monitoramento e fiscalização aos Centros de Referência e Núcleos de Atenção à Mulher em Situação de Violência, abrangendo 22 Municípios visitados com o objetivo de verificar se os serviços estão atuando conforme a Norma Técnica que orienta o funcionamento, bem como mapear as dificuldades e definir formas de apoio da SPM/BA para viabilizar o enfrentamento à violência contra a mulher.

Atendimento itinerante na área rural por intermédio dos ônibus das Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Percorreu áreas rurais em 22 territórios, totalizando 1688 mulheres atendidas: 192 atendimentos e 1496 mulheres que passaram pelas rodas de conversa. As Unidades Móveis integram o Programa Mulher Viver Sem Violência do Governo Federal, que possuem uma equipe multidisciplinar, composta por coordenadora, mobilizadora, assistente social, psicóloga, advogada e motorista que levam informações sobre a violência contra a Mulher para as mulheres do campo e da floresta, realizam atendimentos dessas mulheres e as encaminha para a Rede de Atendimento existente nos Municípios visitados.

Capacitação das 05 (cinco) equipes administrativas e técnicas dos Centros de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência dos Municípios de Teixeira de Freitas, Camacan, Barreiras, Porto Seguro, Ilhéus e São Francisco do Conde no período de maio a julho de 2015 envolvendo cerca de 60 profissionais das áreas de atendimento psicossocial e jurídico. Para que os CRAMs funcionem conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência, a SPM/BA promove a capacitação das/os profissionais que integrarão as equipes técnicas e administrativas. Estas são compostas de psicóloga, assistente social, advogada, coordenadora e assistente administrativa.

Capacitação dos/das policiais da Ronda Maria da Penha e de profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher dos Municípios de Salvador, Juazeiro e Serrinha – agosto, outubro e dezembro de 2015, respectivamente. Curso de Qualificação de Profissionais na perspectiva da Ronda Maria da Penha teve 3 turmas onde 57 servidores/as públicos/as concluíram o curso. Na ocasião, além dos/as policiais que integram a Ronda Maria da Penha, a capacitação se estendeu para policiais que atuam no serviço 190 e para integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Centros de Referência, DEAMs e Delegacias Comuns. O



O curso foi desenvolvido em 8 módulos, perfazendo 15 dias de aula, correspondentes a 60 horas/aula. Nesse sentido, foram ministrados os seguintes conteúdos: noções de gênero, patriarcado e violência contra as mulheres-todas as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha; noções de raça e racismo – desigualdades raciais; direitos humanos: cidadania e qualidade de vida das mulheres; o papel da Ronda Maria da Penha na garantia dos Direitos Humanos das mulheres; grupos vulneráveis: atuação policial; relações interpessoais e discussão de protocolo e seminários integrados - atuação do poder judiciário, defensoria pública, ministério público e DEAM na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres; Técnica Policial Militar, Noções policiais para o trato com vítimas da violência e noções periciais voltadas para a violência doméstica, respectivamente.

Capacitação para servidoras/es da SPM/BA no período compreendido entre outubro e novembro do corrente ano; onde além de 05 aulas realizou-se a visita técnica ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Quitéria, no Município de Feira de Santana.

Carnaval 2015: Campanha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Desenvolvida Campanha com objetivo de conscientizar a população sobre a importância do enfrentamento à violência contra a mulher. Tendo como slogan "Vá na moral ou vai se dar mal. Violência contra a mulher é crime!", a campanha foi abraçada por mais de 40 artistas baianos e personalidades da Bahia como: Daniela Mercury, Margareth Menezes, Denny, Tuca Fernandes, Saulo, Durval Lelys, Mariene de Castro, Bell Marques, Tonho Matéria, Viviam Carolina, dentre outros e realizou atividades durante todo o Carnaval de Salvador. Mais de 250 mil unidades de materiais informativos, além de 50 mil preservativos, foram distribuídos durante a folia, nos circuitos Dodô, Osmar e Batatinha, além do Aeroporto, Porto, Rodoviária e Terminal de Ferry-Boats. Nos seis dias oficiais da festa carnavalesca, a SPM aproveitou a oportunidade para mobilizar e sensibilizar a população para o enfrentamento à violência contra a mulher. Os blocos Os Mascarados, Filhos de Gandhi, Crocodilo, Didá e Antibaixaria (Mudança do Garcia) abraçaram a campanha da SPM e realizaram ações de conscientização e mobilização, com foco no enfrentamento à violência contra a mulher. Camarotes e blocos também ajudaram a mobilização durante os dias de carnaval: Nana, Central, Planeta Band, Camarote da PM, da Caixa Econômica, Lícia Fábio, Marta Góes, Araketu, Crocodilo, Afropop, Alvorada, Olodum, Alerta Geral, Ilê Aiyê e Cortejo Afro.

Campanha de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres - 20 de novembro a 10 de dezembro. Foram realizadas diversas ações: evento especial em comemoração ao Dia da Baiana de Acarajé; o Lançamento da Campanha "Quem ama, abraça"; evento para celebrar o Compromisso Sindical pelo Fim da Violência contra a Mulher; participação na Feira Nacional da Agropecuária – FENAGRO; assinatura de Protocolos de Intenções em prol da Integração de Políticas de Gênero e Raça; inauguração dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher entre outras atividades de mobilização da sociedade.

Participação do Grupo formado pela Casa Civil para construção da minuta do Regulamento da Lei nº12.573/2012 – Lei Antibaixaria, com a responsabilidade de contribuir tecnicamente para estabelecer critérios objetivos de enquadramento da conduta violadora, no intuito de assegurar que a legislação contribua para garantir a preservação da dignidade da mulher.

Entrega de Casas de Farinha Móveis. A Casa de Farinha tem como objetivo atender parte das demandas apresentadas na cadeia da mandiocultura do Estado da Bahia, com recorte para as organizações lideradas por mulheres agricultoras familiares pertencentes a assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades de terreiros e comunidades indígenas. No território de Piemonte do Paraguassu, no município Boa Vista do Tupim, foram atendidas 110 mulheres de Assentamentos de Reforma Agrária. No Extremo Sul, no município de Teixeira de Freitas, foram atendidas 152 mulheres de Assentamentos de Reforma Agrária. No território do Litoral Sul, no município de Pau Brasil, foram atendidas 250 mulheres de Povos Indígenas. No território metropolitano de Salvador, município de Camaçari, foram atendidas 80 mulheres de Comunidades de Terreiro. No território de Sertão do São Francisco, município de Santo Sé, foram atendidas 130 mulheres de Assentamentos de Reforma Agrária. No território do Velho Chico, no município de Bom Jesus da Lapa, foram atendidas 120 mulheres de fundos e feixos de pastos. E em Vitória da Conquista foram atendidas 90 mulheres de Assentamentos de Reforma Agrária. Totalizando 932 mulheres no projeto.

Atividades do Projeto Margaridas tem como objetivo promover a cidadania, a autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo. O referido projeto abrange os 27 territórios de identidade do Estado da Bahia. Uma das atividades realizadas foi a capacitação das mulheres trabalhadoras rurais através das rodas de diálogos nos mutirões realizado pelo MDA. Com atuação em 08 territórios e 17 municípios, foram atendidas 2.335 (dois mil trezentos e trinta e cinco) com 41 rodas de diálogos realizadas com as mulheres trabalhadoras Rurais; comunidade tradicionais Quilombolas. Também foi realizada em Salvador a Formação e Capacitação das Mobilizadoras do Projeto. Estas Oficinas serão multiplicadas pelas Mobilizadoras e tinham os seguintes conteúdos: Oficinas de Trabalho Produtivo, Políticas Públicas, Avaliação de Processo e Planejamento das ações; Prevenção e Enfrentamento a Violência para Mobilizadoras e Estudo e Planejamento do Trabalho. – Apoiar a emissão de Documentação da Trabalhadora Rural nos 27 territórios de identidade, atendendo a 21.060 mulheres.

O Edital Março Mulheres 2015 para apoio institucional técnico e financeiro a projetos sociais, visando implementar ações referentes ao Março Mulheres tendo como marco histórico o Dia Internacional da Mulher - 8 de Março. O valor aportado para este Edital foi de R\$ 300.000,00. Todos os projetos visaram a autonomia das mulheres, do ponto de vista econômico e/ou social considerando que este é um requisito básico para promoção da igualdade de gênero e o exercício pleno da cidadania das mulheres. O Edital contemplou 15 instituições sendo elas, Associação das Donas de Casa do Estado da Bahia, Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, Associação Beneficente Ilê Axé Ojú Onirê, Associação Servidora dos pequenos Produtores – ASPP, Thydewá, Instituto de Pesquisa Organização Formação, Promoção da Cidadania e da Cultura (Instituto Oficina da Cidadania), Associação Cultural da Capoeira Clips Academia – ACCCA, Instituto de Projetos e Gerenciamentos (PNPG), Associação das Mulheres Regional Empreendedoras da Agricultura Familiar (A.M.E), Associação Cultural e Carnavalesca Afoxé Kambalagwanze (Afoxé Kambalagwanze), União de Mulheres do Município de Vitória da Conquista (União de Mulheres), Sociedade Recreativa e Cultural Afoxé das Filhas de Gandhi, Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres, Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, Prefeitura Municipal de Irecê, sendo o seu alvo as mulheres. No ano de 2015 foram atendidas



cerca de 2.804 (duas mil oitocentos e quatro) mulheres em todo o estado da Bahia.

Mesa Redonda: A inserção das Mulheres no Campo de Trabalho das Engenharias e das Novas Tecnologias - 22 de Abril, Parque Tecnológico/Salvador. Teve como objetivo buscar políticas públicas para proporcionar a ampliação da presença das mulheres baianas em áreas ainda pouco sensíveis à equidade de gênero, conforme diretriz do governo brasileiro e da ONU Mulheres, de forma a garantir oportunidades iguais para mulheres e homens no campo de trabalho das Ciências Exatas. Estiveram presentes a Secretária da SPM-BA, Olívia Santana e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI), Manoel Mendonça. O Evento contou com a palestra da professora doutora em Ensino de Ciências da Columbia University, Katemari D. Rosa. O evento foi aberto ao público.

Mesa Redonda: “Mulher Negra: Redução das Desigualdades e Desenvolvimento Econômico na América Latina e no Caribe” - 24 de Julho, Instituto Anísio Teixeira (IAT)/Salvador. O evento fez parte do ciclo de celebrações do Governo do Estado da Bahia em torno do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, tendo sido oportunidade de destacar os compromissos da Década Internacional dos Afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O debate foi transmitido por videoconferência para 11 cidades do interior da Bahia, através da parceria entre a SPM e a SEPROMI.

Lançamento da Revista Bahia Análise e Dados, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), com edição sobre “Mulheres e Trabalho: Autonomia e Empoderamento”, realizada em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA). As duas instituições desenvolveram em conjunto a Publicação.

DIALÓGO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres – 11 a 13 de novembro, Gran Hotel Stella Maris/Salvador. A SPM e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher realizaram a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia (CEPM) com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”. O encontro teve duração de três dias, com a realização de diversas atividades, além dos debates e proposições de ideias que culminaram no documento final de propostas da etapa estadual e na eleição das Delegadas que seguirão para a Conferência Nacional, em março de 2016 em Brasília com participação de ativa de 1.051 Delegadas, sendo esse o maior número de delegadas do país. Também contou com a participação de duas mulheres representantes das mulheres em privação de liberdade do Complexo Penitenciário da Mata Escura.

Participação da SPM nas Conferências de Políticas para as Mulheres Municipais e Territoriais – agosto a setembro. Participação em palestras magnas e mesas de abertura abrangendo cerca de 350 municípios do Estado.

Começo das atividades do Grupo De Gestão Integrada da Política Estadual para as Mulheres - GGIPM (instituído pelo Decreto nº 14.711 de 23 de agosto de 2013). Com participação de 17 Secretarias Estaduais o GGIPM, é entendido como estratégico para assegurar a transversalidade de gênero e da efetiva inclusão da temática nas políticas públicas em geral e nas ações de cada uma das Secretarias. A finalidade do GGIPM, é promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual com vistas à promoção e execução da Política Estadual para as Mulheres. Vale destacar que a criação do GGIPM é condicionante do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sócio Econômico do Estado da Bahia – PROINCLUSÃO – BAHIA DPL – Banco Mundial.



Encontro de Organismos de Mulheres da Bahia - 12 de agosto, auditório do Mundo Plaza/Salvador. Com abertura da Secretária Olívia Santana, o encontro foi preparatório para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, em novembro.

Reunião da Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 06 e 07 de outubro, Brasília. A Secretária Olívia Santana representou a Bahia em reunião de gestoras de todo o país com a Secretária Eleonora Menicucci da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

Participação da SPM/BA, a convite do Banco Mundial, no evento "Mulheres em Situação de Violência", ocorrido entre os dias 13 e 16 de maio de 2015, em Antigua/Guatemala apresentando a experiência dos Centros de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Estado da Bahia; tendo como países participantes: Guatemala, Peru, México e Brasil.

Reativação da Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A Câmara Técnica é composta por 14 Secretarias Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Durante o ano de 2015, foram realizadas 3 reuniões ordinárias e um seminário de planejamento das ações da Câmara para período de 2016 até 2020.

Participação de técnicas da SPM como expositoras e palestrantes em eventos diversos, municipais e estaduais, informando sobre as políticas públicas e prestando orientações à população sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, a exemplo dos Mutirões Sociais do Pacto pela Vida, abordando ainda outros temas como igualdade de gênero e autonomia das mulheres.

IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A governança institucional e o diálogo permanente com a sociedade civil são vetores que orientam as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA). Nesse contexto, a realização do IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (IV CEPM) foi um evento de alto nível e espaço privilegiado de deliberação a partir do tema "mais direito, participação e poder para as mulheres".

Durante quatro meses, a SPM/BA e Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres (CDDM), responsáveis pela condução da conferência, conseguiram mobilizar a realização de 106 conferências municipais e 22 conferências territoriais, totalizando 333 municípios participantes e comparecimento de mais de 16, 4 mil mulheres na etapa de aprovação de propostas e eleição das delegadas para a IV CEPM.

O esforço conjunto da SPM/BA e do CDDM atingiu 80% dos municípios baiano, o melhor resultado comparado às demais unidade da federação. Este resultado superou a marca da III Conferência, que envolveu 222 municípios e 15, 1 mil mulheres.

Nessa linha, é importante destacar a I Conferência Livre com Mulheres em Regime de Privação de Liberdade, evento que ocorreu no Conjunto Penal Feminino de Salvador, com participação de 100 internas, o III ENLESBI - Encontro de Lésbicas e Mulheres, com participação de 100 ativistas, a Conferência Livre das Mulheres Quilombolas, envolvendo as comunidades de Boninal, Nova Colina e Cedro, 86 quilombolas



presentes, 1ª Conferência Estadual da Mulher Advogada, promovida pela OAB da Bahia, com mais de 100 participantes.

SAÚDE DA MULHER

Caminhada: Mulher, Saúde e Liberdade - 08 de Março, Dique do Tororó em Salvador. A Caminhada contou com a presença da Secretária Olívia Santana, e outras autoridades. A ação teve como objetivo celebrar o Dia Internacional da Mulher e renovar a luta feminista. Além da caminhada, foram oferecidos serviços gratuitos para as mulheres na área de saúde, estética, lazer e cultura, com a presença de uma biblioteca móvel. Na ocasião foi assinado o termo de Cooperação Técnica para implantação da Ronda Maria da Penha.

Feiras "Saúde da Mulher" – 28 de maio. A SPM, em parceria com as Voluntárias Sociais da Bahia e a Secretaria de Saúde, realizou as feiras "Saúde da Mulher" nas Feiras de São Joaquim (Salvador) e do Caçuá (Alagoinhas). O evento teve como objetivo chamar a atenção para a data, que é o Dia Internacional da Saúde da Mulher e o Dia Nacional da Redução da Morte Materna. Foi uma forma de alertar a população sobre a importância do cuidado com a saúde, disponibilizando alguns serviços gratuitos para as mulheres.

Cine Rosa: Outubro Rosa. Cinema itinerante, a céu aberto, em cinco cidades baianas (Maragogipe, Porto Seguro, Mucugê, Cachoeira e Salvador), com o filme "A culpa é das estrelas". A ação teve como objetivo envolver toda a família, de forma lúdica, sobre a necessidade de realização de exames para o diagnóstico precoce do câncer de mama.

QUADRO 3 – Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ

Programa	
Código	Descrição
119	Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres
120	Autonomia das Mulheres

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

QUADRO 4 – Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ

Programa	
Código	Descrição
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo
900	Operação Especial

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial



QUADRO 5 – Evolução anual dos indicadores dos programas

Indicador	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
				Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Programa: 119 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES											
Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas à rede de enfrentamento à violência contra a mulher.	%	6,45	2010	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Obs.: Para este indicador não houve ação a ser aferida em razão de contingenciamento orçamentário.											
Programa: 120 - AUTONOMIA DAS MULHERES (1)											
Taxa de ocupação das mulheres urbanas	%	84,50 85,20	2009 2011	-	86,20	-	87,30	-	90,5	-	-
Taxa de ocupação das mulheres rurais	%	94,40 96,00	2009 2011	-	95,00	-	93,50	-	95,7	-	-
Rendimento médio das mulheres urbanas (2)	Reais	666,00 840,00	2009 2011	-	939,31	-	1,054,41	-	1,422,71	-	-
Rendimento médio das mulheres rurais (2)	Reais	307,00 333,00	2011	-	386,86	-	476,62	-	399,88	-	-
Média de anos de estudo das mulheres urbanas com 15 anos ou mais	Nº	7,60 7,70	2009 2011	-	7,85	-	8,06	-	8,63	-	-
Média de anos de estudo das mulheres rurais com 15 anos ou mais	Nº	4,30 4,40	2011	-	4,87	-	4,88	-	5,74	-	-

Fonte: PNAD/IBGE. Dados analisados pela SEI.

Notas:

Convenções: Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

⁽¹⁾ Dados da PNAD 2015 serão divulgados em novembro de 2016.

⁽²⁾ Os valores do rendimento mensal no trabalho principal estão expressos em valores correntes de cada ano.

HOJ

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa

Programa: 119 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Compromisso: 1 - PROMOVER O PLENO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Meta: Evento educativo promovido (PAOE 5427)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	1	Unidade	----	----	----	----	----	----	1	1
Total	1	Unidade	----	----	----	----	----	----	1	1
Compromisso: 2 – IMPLANTAÇÃO DO PLANO INTEGRADO PARA DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER										
Meta: Plano integrado implantado (PAOE 5941)										

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	0	Unidade	----	----	----	----	----	----	0	0
Total	0	Unidade	----	----	----	----	----	----	0	0
Compromisso: 3 – APOIO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA										
Meta: Unidade de atendimento à mulher apoiada (PAOE 4689)										

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Litoral Sul – Ilhéus	7	Unidade	----	----	----	----	----	----	7	7
Estado	1	Unidade	----	----	----	----	----	----	1	1
Total	8	Unidade	----	----	----	----	----	----	8	8

Fonte: Coordenação de Ação Temática da SPM. Informações acessadas no FIPLAN: Relatório Anual de Gestão RAG 2015.



Programa: 120 – AUTONOMIA DAS MULHERES

Compromisso: 1 – APOIO AO CADASTRAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Meta: Cadastro de mulher apoio (PAOE 5959)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	1	Unidade	-----	---	---	-----	-----	-----	1	0
Total	1	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1	0

Compromisso: 2 – APOIO A EMPREENDIMIENTOS DIRIGIDOS POR MULHERES

Meta: Empreendimentos dirigidos por mulheres apoiados (PAOE 5955)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Litoral Sul	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Extremo Sul	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Sertão São Francisco	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Piemonte Paraguassu	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Piemonte da Diamantina	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Vitória da Conquista	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Metropolitana de Salvador	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
Estado	0	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0	0
Total	14	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	14	14

Compromisso: 3 – APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Meta: Instituição apoiada (PAOE 1208)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	1	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1	1
Total	1	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1	1

Handwritten signature/initials

Compromisso: 4 – APOIO A EVENTO DE ESTIMULO AO EMPODERAMENTO ECONOMICO, SOCIAL E CULTURAL DAS MULHERES

Meta: Ação de defesa de direitos desenvolvida (PAOE 4676)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
IRECE	5	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	5	5
VELHO CHICO	10	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	10	10
LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	3	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	3	3
METROPOLITANA DE SALVADOR	2	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2	2
BAIXO SUL	11	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	11	11
ESTADO	0	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0	0
Total	31	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	31	31

Compromisso: 5 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Meta: Conselho da mulher em funcionamento (PAOE 4675)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	1	Unidade	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	1	Unidade	1	1	1	1	1	1	1	1

Compromisso: 6 – REALIZAÇÃO DE EVENTO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Meta: Evento realizado (PAOE 5824)

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Metropolitana de Salvador	1	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1	1
Total	1	Unidade	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1	1

Handwritten signature/initials

QUADRO 7 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão – SPM										
Programa: 119- ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES										
Compromisso: Promoção de Evento Educativo para Proteção aos Direitos da Mulher em Situação de Violência										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído		Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas										
Iniciativa: Evento educativo										
Evento educativo	Evento realizado	Nº	1,00	1,00	0,00		0,00	757.597,00	0,00	0,00
Total	Evento realizado	Nº	1,00	1,00	0,00		0,00	757.597,00	0,00	0,00
Compromisso: Implantação de Plano Integrado para Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher										
Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído		Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas										
Iniciativa: Plano integrado										
Plano Integrado	--	-	-	-	-		-	-	-	-
Total	--	-	-	-	-		-	-	-	-

MOJ

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 119 - Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres

Compromisso: Apoio ao Funcionamento de Unidade de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Iniciativa: Apoio à unidade de atendimento à mulher									
Unidade de atendimento à mulher apoiada	Unidade implementada	Nº	8	8	7	519.000,00	3.263.555,00	879.074,70	879.074,;
Total	Unidade implementada	Nº	8	8	7	519.000,00	3.263.555,00	879.074,70	879.074,;

100

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 120 - Autonomia das Mulheres

Compromisso: 5959 - Apoio ao Cadastroamento de Mulheres em Situação de Extrema Pobreza no Programa Bolsa Família

Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Iniciativa: Cadastro realizado

Cadastro apoiado	Cadastro de mulheres apoiado	Nº	1,00	0,00	1	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	Cadastro de mulheres apoiado	Nº	1,00	0,00	1	200.000,00	0,00	0,00	0,00

Nota: meta física cumprida com apoio de parceiros.

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 120 - Autonomia das Mulheres

Compromisso: Apoio a empreendimentos dirigidos por mulheres

Execução Física					Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

100%

Iniciativa: Empreendimento dirigido por mulher apoiado

Empreendimentos dirigidos por mulheres	Apoio à empreendedimentos	Nº	2,0	14,00	14	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	Apoio à empreendedimentos	Nº	2,0	14,00	14	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: meta física cumprida com apoio de parceiros.

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 120 - Autonomia das Mulheres

Compromisso: 3 – APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ORGANISMOS DE POLITICAS PARA AS MULHERES

Execução Física					Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 3 - Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas									
Iniciativa: Apoio à institucionalização de organismo de políticas para as mulheres									
Institucionalização apoiada	Instituição apoiada	Nº	1	1	1	625.000,00	625.000,00	8.757,00	759,4
Total	Instituição apoiada	Nº	1	1	1	625.000,00	625.000,00	8.757,00	759,4

Nota: meta física cumprida com apoio de parceiros.

ACF

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 120 - Autonomia das Mulheres

Compromisso: 4 – APOIO A EVENTO DE ESTIMULO AO EMPODERAMENTO ECONOMICO, SOCIAL E CULTURAL DAS MULHERES

Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Iniciativa: Evento realizado									
Evento realizado	Evento realizado	Nº	31	31	25	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	Evento realizado	Nº	31	31	5	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: meta física cumprida com apoio de parceiros.

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM

Programa: 120 - Autonomia das Mulheres

Compromisso: 5 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHERS

Execução Física					Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade	Previsto	Previsto	Concluído	Orçado	Orçado	Empenhado	Pago

MOJ

		de medida	Inicial	Atual		inicial (R\$)	atual (R\$)	(R\$)	(R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Iniciativa:									
Conselho em funcionamento	Conselho funcionando	Nº	1	1	1	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	Conselho funcionando	Nº	1	1	1	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Esta ação foi executada com recurso da SPM para pagamento de diárias e passagens das conselheiras com residência fora de Salvador.

Unidade Orçamentária (UO): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Programa: 120 - Autonomia das Mulheres									
Compromisso: 6 - REALIZAÇÃO DE EVENTO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER									
Execução Física					Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 34101 - Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Iniciativa:									
Evento realizado	Evento realizado	Nº	1	1	1	200.000,00	1.926.824	1.692.927,7	1.692.927
Total	Evento realizado	Nº	1	1	1	200.000,00	1.926.824	1.692.927,7	1.692.927

Fonte: Coordenação de Ação Temática da SPM. Informações acessadas no FIPLAN: Relatório Anual de Gestão RAG 2015.

HOJ

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

Em R\$

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico			4	4	822.080,00
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal			4	4	822.080,00
Contratação direta					
Dispensa			42	42	252.253,64
Inexigibilidade			2	2	1.769,30
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal			44	44	254.022,94
Total			48	48	1.076.102,94

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado
Contratos	13	1.362.146,57	728.006,95
Contratos de gestão			
Total	13	1.362.146,57	728.006,95

Fonte: FIPLAN



TABELA 11 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	17	6.150.763,84	2.009.896,53	4.610.229,16
Contratos de gestão				
Total	17	6.150.763,84	2.009.896,53	4.610.229,16

Fonte: FIPLAN

TABELA 12 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios		15		10.887.679,66	855.762,00	9.014.304,00
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total						

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.**TABELA 13 – Convênios de repasse**

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios			16	1.816.282,56	816.282,56	816.282,56
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total			16	1.816.282,56	816.282,56	816.282,56

Fonte: FIPLAN

No início do ano de 2015, realizamos um levantamento dos convênios firmados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres no período de 2011 a 2013 e identificamos 75 (setenta e cinco) em situação de inadimplência, perfazendo a importância de R\$ 4.386.870,88 (quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos). Nesse sentido adotamos as providências legais e



administrativas a fim de regularizar a situação. Assim dos convênios fiscalizados 14 regularizaram a situação e 61 encontram-se em diligencia e destes, 34 já estão em processo de Tomada de Contas Especial no montante de R\$ 1.172.302,05 (Um milhão cento e setenta e dois mil, trezentos e dois reais e cinco centavos)

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 8 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	34
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

Vide observação da Tabela 13

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	3		
Processos administrativos disciplinares			

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.



4.2 Área patrimonial

TABELA 14 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

Em R\$

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	20.529,17	85.594,33	79.295,73	26.827,77
Bens permanentes	1.609.497,33	3.599.800,94	1.145.840,59	4.063.457,68
Total	1.630.026,50	3.685.395,27	1.225.136,32	4.090.285,45

Fonte: SIMPAS/SIAP/FIPLAN

TABELA 15 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Situação						
	Saldo inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Saldo final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, tenham sido extraviados ou estão sem condições de uso.

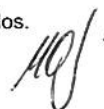
QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, estejam obsoletos ou não tenham sido localizados.



Em razão do trabalho da Comissão de Inventário de Bens Permanentes designados para o exercício de 2015 conforme Portaria nº 0048 de 09 de novembro de 2015, encontrou-se as seguintes situações:

- 1- a maioria dos móveis encontrados não estão locados nas unidades correspondentes;
- 2- alguns bens sem as plaquetas de identificação;
- 3- no final do exercício de 2014 não foram lançados as divergências detectadas entre os sistemas FIPLAN X SIAP.

Diante das divergências de informações encontradas a referida comissão realizará em 2016 o levantamento físico de todos os bens patrimoniais pertencentes a Secretaria de Políticas para as Mulheres, tanto na sede quanto no interior do Estado, inclusive núcleos e delegacias de atendimento a mulher, bem como iniciar um processo de devolução de bens sem uso, colocar as plaquetas de identificação nos bens que estão sem número de tombamento.

5 ÁREA DE PESSOAL

TABELA 16 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2014	2015
Servidores da UJ		
Estatutários	-	-
Celetistas	-	-
À disposição de outros órgãos	-	-
Subtotal		
Outros	-	-
REDA	09	10
Prestação de Serviço Temporário (PST)	20	22
De outros órgãos à disposição da UJ	03	04
Subtotal		
Total	32	36

Fonte: PRODEB-SIRH



TABELA 17 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2014	2015
Com vínculo	-	-
Sem vínculo	26	34
Total	26	34

Fonte: PRODEB-SIRH

TABELA 18 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2014	2015	
Servidores	1.613.178,72	2.302.407,62	42,73%
REDA	290.016,66	222.541,15	(28,59%)
Total	1.903.195,38	2.524.948,77	32,67%

Fonte: PRODEB-SIRH -FIPLAN

QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
cargo comissionado	31
REDA	06
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0
cargo comissionado	29
REDA	3
Disponibilização	
de outros órgãos	04
para outros órgãos	0
Aposentadoria	0

Fonte: PRODEB-SIRH



6 CONTROLE INTERNO

QUADRO 13 - Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.

Setor/Área abrangido	Natureza da auditoria

Fonte:

OBSERVAÇÃO: Com base na Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014 que modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, esta secretaria não foi contemplada com a criação da Coordenação de Controle Interno em conformidade com o Parágrafo único do artigo 24º.

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Acompanhamento das determinações/recomendações emitidas pelo TCE/BA

Determinações/recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Fonte:



QUADRO 15 – Outras auditorias realizadas

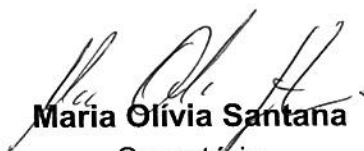
Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Trabalhos realizados por outros órgãos de controle			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Indicar o número ou nome do relatório.

Salvador, 29 de fevereiro de 2016.


Maria Olívia Santana
Secretária